

Aprovo o presente Convite.

O Presidente da Câmara



Convite

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

AJUSTE DIRETO – CRITÉRIOS MATERIAIS

“Elaboração de projeto para desenho e integração de mobiliário urbano para informação no Parque da Cruz do Montalvão”

Valor Base: € 6.680,00

Prazo de execução: 50 dias

Ajuste direto nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 24.º e Capítulo III, do título I da Parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação

Índice

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Identificação do concurso	4
Artigo 2.º Objeto do concurso	4
Artigo 3.º Entidade Adjudicante	5
Artigo 4.º Decisão de Contratar	5
Artigo 5.º Fundamentação da escolha do ajuste direto por critérios materiais	5
Artigo 6.º Peças do procedimento	5
Artigo 7.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento	6
Artigo 8.º Preço Base	6
Artigo 9.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	6
Artigo 10.º Erros e Omissões das Peças do Procedimento	8
SECÇÃO II – PROPOSTA	8
Artigo 11.º Proposta e documentos que a constituem	8
Artigo 12.º Prazo e modo de apresentação das propostas	10
Artigo 13.º Idioma dos documentos que constituem a proposta	11
Artigo 14.º Preços da proposta	11
Artigo 15.º Propostas com Variantes	11
Artigo 16.º Negociação	11
Artigo 17.º Critério de Adjudicação	12
Artigo 18.º Prazo de manutenção das propostas	12
SECÇÃO III	12
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
Artigo 19.º Análise da proposta	12
Artigo 20.º Esclarecimentos sobre as propostas	12
Artigo 21.º Suprimentos da proposta	13
SECÇÃO IV	13
ADJUDICAÇÃO	13
Artigo 22.º Dever de adjudicação	13
Artigo 23.º Notificação da Decisão de Adjudicação	13
Artigo 24.º Adjudicação de Proposta apresentada por um Agrupamento	13
SECÇÃO V	14
HABILITAÇÃO E CAUÇÃO	14
Artigo 25.º Documentos de Habilitação	14
Artigo 26.º Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto /	15
Artigo 27.º Idioma e modo de apresentação dos documentos de habilitação	16
Artigo 28.º Caução	17
Artigo 29.º Não apresentação dos documentos de habilitação	17
SECÇÃO VI	17
CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	17

Artigo 30.º Redução do contrato a escrito	18
SECÇÃO VII	18
DISPOSIÇÕES FINAIS	18
Artigo 31.º Prova de declarações	18
Artigo 32.º Foro Judicial	18
Artigo 33.º Notificações e Comunicações	18
Artigo 34.º Encargos do concorrente	18
Artigo 35.º Falsidade de Documentos e de Declarações	19
Artigo 36.º Legislação Aplicável	19

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º | Identificação do concurso

1. O presente procedimento segue a modalidade de Ajuste direto, nos termos da subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, na sua atual redação, adota a seguinte designação: **Elaboração de projeto para desenho e integração de mobiliário urbano para informação no Parque da Cruz do Montalvão**, com referência **AJ S 061/2025**.

2. A presente prestação de serviços encontra-se classificada com o código **CPV 71420000-8 - Serviços de arquitetura paisagística**, no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2004522, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

3. A despesa tem enquadramento orçamental na GOP: 01 002 2023/4 Ac.2/14 Estudos, Projetos, Pareceres e Consultadoria.

Artigo 2.º | Objeto do concurso

O presente concurso tem por objeto a **"Elaboração de projeto para desenho e integração de mobiliário urbano para informação no Parque da Cruz do Montalvão"**.

Pretende-se a prestação de serviços de elaboração do projeto de execução para o desenho de mobiliário urbano para a informação (Mupi) com a criação e desenvolvimento da arte final a aplicar, bem como, proposta para a sua integração no espaço público do Parque Urbano da Cruz do Montalvão.

É adotado procedimento de ajuste direto por critérios materiais nos termos do disposto na subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, uma vez que é necessário proteger direitos exclusivos, incluindo direitos de propriedade intelectual.

A entidade a convidar detem os direitos autorais da conceção global, do projeto e da obra contruída segundo o projeto de arquitetura paisagista da "Elaboração do projeto do Parque Urbano Cruz de Montalvão, de acordo com o contrato de cedência de Direitos Autorais em anexo aos documentos instrutórios do presente procedimento.

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de **50** (cinquenta) dias.

Artigo 3.º | Entidade Adjudicante

A entidade pública contratante é o Município de Castelo Branco, com o NIF 501 143 530, sito na Praça do Município, 6000-458 CASTELO BRANCO, com o endereço de E-mail: camara@cm-castelobranco.pt (website www.cm-castelobranco.pt) e plataforma de contratação Acingov, disponível através do endereço www.acingov.pt. Os contactos telefónicos são os seguintes: telefone - (351) 272 330 330) e fax - (351) 272 330 324. Os Serviços Administrativos têm o seguinte horário de funcionamento – das 09:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, todos os dias, à exceção dos Sábados, Domingos e feriados.

Artigo 4.º | Decisão de Contratar

A decisão de contratar, de acordo com o n.º 1 do art.º 36º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por despacho do Sr. Presidente, de **7 de março de 2025**, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e de acordo com a delegação de competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal, para autorização de despesa, datada de vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, nos termos do artigo 29º, nº 2 do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho.

O despacho referido consta no processo **2025/300.10.005/166** elaborado na aplicação de gestão documental **Mydoc**, em uso na Câmara Municipal de Castelo Branco.

Artigo 5.º | Fundamentação da escolha do ajuste direto por critérios materiais

1. É adotado procedimento de ajuste direto por critérios materiais nos termos do disposto na subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, uma vez que é necessário proteger direitos exclusivos, incluindo direitos de propriedade intelectual.
2. A entidade a convidar detem os direitos autorais da conceção global, do projeto e da obra contruída segundo o projeto de arquitetura paisagista da "Elaboração do projeto do Parque Urbano Cruz de Montalvão, de acordo com o contrato de cedência de Direitos Autorais em anexo aos documentos instrutórios do presente procedimento.

Artigo 6.º | Peças do procedimento

1. As peças do presente procedimento são as seguintes:
 - a. O Convite e seus anexos;
 - b. O Caderno de Encargos e seus anexos.

Artigo 7.º | Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov - www.acingov.pt.
2. Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, o Convite e o Caderno de Encargos, estão disponíveis na sede da Entidade Adjudicante, na morada indicada no artigo 3.º do presente Convite, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (09:00 às 12:30 horas e das 14:00 às 17:30 horas, todos os dias, à exceção dos Sábados, Domingos e feriados), desde o dia da publicação do respetivo anúncio no Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, mediante pedido de marcação através da plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt ou de mensagem eletrónica para o endereço de e-mail: camara@cm-castelobranco.pt.
3. O acesso à plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt é gratuito e permite efetuar a consulta do procedimento.
4. O download das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
5. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no n.º 1 do presente artigo, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido do interessado, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
6. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificado o interessado que a tenha solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

Artigo 8.º | Preço Base

1. O preço contratual máximo é de **€ 6.680,00** (seis mil, seiscentos e oitenta euros), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, considerando-se este preço, como sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, incluindo eventuais renovações do contrato, conforme disposto no n.º 1 do artigo 47.º do CCP.
2. A fixação do valor do preço base teve em conta o valor disponibilizado pela empresa, assim como os preços de mercado e a consulta efetuada no portal dedicado aos contratos públicos.

Artigo 9.º | Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov - www.acingov.pt esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até ao último dia correspondente ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas:
 - a) Para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- i. Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - ii. Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - iii. Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
 - iv. Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados através da plataforma eletrónica de contratação pública Acingov - www.acingov.pt, por escrito, pelo Órgão competente para a decisão para contratar, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
3. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados
4. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea iv) do ponto 2 do presente artigo e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas;
5. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do art.º 378º do CCP;
6. Quando o prazo fixado para a apresentação das propostas seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt
7. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, caso este seja igual ou superior a nove dias:
 - a. O órgão competente para a decisão de contratar deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;
8. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior;
9. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no ponto 2.4.6., ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender ao disposto no artigo 64.º do CCP;

10. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica www.acingov.pt e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo os interessados ser imediatamente notificados desse facto;
11. Os esclarecimentos e as retificações referidas no presente Convite, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
12. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
13. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 10.º | Erros e Omissões das Peças do Procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica Acingov - www.acingov.pt, uma lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores será disponibilizada pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO II – PROPOSTA

Artigo 11.º | Proposta e documentos que a constituem

1. Na proposta o convidado manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Nos casos em que, para obrigar a empresa seja necessária mais que uma assinatura, devem os

documentos ser assinados por todos os representantes legais, previstos na respetiva certidão permanente ou, ser juntos à proposta, documentos a delegar o poder de representação no assinante.

3. O convidado deverá fazer acompanhar a sua proposta, dos documentos seguintes, sob pena de exclusão, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57.º:

- a. Modelo Proposta – **Anexo III**;
- b. Declaração, emitida conforme modelo constante do anexo I ao CCP (**ver pasta anexos**), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para a obrigar, conforme n.º 4 do art.º 57º do CCP, mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do nº 1 do artº. 54º do Decreto-Lei nº 96/2015, de 17 de agosto.
- c. Preço unitário para cada fase, a preencher diretamente na plataforma eletrónica www.acingov.pt, arredondado a duas casas decimais, de acordo com o Mapa de Preços Unitários, conforme o Anexo III;
- d. Declaração de não Impedimentos – CPA (Anexo IV);
- e. Memória descritiva e justificativa do modo de execução do serviço;
- f. Certidão atualizada do registo comercial (certidão permanente) ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente ou no caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo (s) (procuração ou documento equivalente);
- g. Informação de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal, conforme n.º 3 do art.º 468º do CCP.

4. O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso.

5. As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce IVA à taxa legal aplicável;

6. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

7. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.

8. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1. do presente artigo, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

9. Para efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente

procedimento.

Artigo 12.º | Prazo e modo de apresentação das propostas

1. A apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a. A data-limite de entrega de proposta é até às **23:59:59 horas, do 3.º dia**, após a data de publicação do procedimento na plataforma eletrónica www.acingov.pt.
 - b. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de proposta coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte;
 - c. A transferência do termo do prazo definido na alínea a), por força do estabelecido na alínea b) do presente ponto, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de proposta;
 - d. Os concorrentes deverão assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associarem, independentemente do formato do ficheiro, de acordo na Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto;
 - e. A entrega das propostas do presente concurso público será efetuada na plataforma de contratação acessível através do sítio eletrónico da plataforma eletrónica Acingov disponível no endereço eletrónico: www.acingov.pt.
 - f. Na plataforma, os documentos devem ser anexos na caixa documentos públicos;
 - g. A receção da(s) proposta(s) é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao(s) concorrente(s) um recibo eletrónico comprovativo dessa receção;
2. Os interessados deverão possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.
3. Nos termos do art.º 66º do Código dos Contratos Públicos e por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, o interessado pode requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, a classificação, nos termos da lei, de documentos que a constituem, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no ponto 3 do presente artigo, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a. No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b. Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação da proposta;

- c. Cuja receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
5. As propostas deverão ser apresentadas em estrita observância das condições estabelecidas no presente Convite e no caderno de encargos.
6. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do art.º 137.º do CCP.
7. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 13.º | Idioma dos documentos que constituem a proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais. Admite-se a utilização de expressões e/ou designações técnicas específicas, redigidas na língua inglesa.

Artigo 14.º | Preços da proposta

1. Os preços da proposta são indicados em algarismos, **até duas casas decimais**, e por extenso, em euros, e não incluem o IVA;
2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 15.º | Propostas com Variantes

Não é admitida a apresentação pelo convidado de proposta(s) variante(s), considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do CCP, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

Artigo 16.º | Negociação

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

Artigo 17.º | Critério de Adjudicação

A adjudicação da aquisição de bens será feita à proposta do concorrente convidado, desde que cumpridos todos os aspetos, termos ou condições estabelecidos no presente convite e legislação aplicável.

Artigo 18.º | Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

SECÇÃO III ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 19.º | Análise da proposta

1. A análise da proposta incidirá sobre o teor dos documentos apresentados, sendo analisados em todos os seus atributos, termos e condições e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido **no artigo 17.º - Critério de adjudicação, do presente Convite**.
2. Serão excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP, podendo ainda excluir as propostas que não cumpram com o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
3. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Convite.

Artigo 20.º | Esclarecimentos sobre as propostas

1. A Câmara Municipal de Castelo Branco pode pedir ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelo concorrente fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 21.º | Suprimentos da proposta

1. A Câmara Municipal de Castelo Branco procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando a intervenção não prejudique os princípios enformadores do procedimento pré-contratual, nem os fins, interesses e valores jurídicos que a norma preterida visem proteger.

SECÇÃO IV ADJUDICAÇÃO

Artigo 22.º | Dever de adjudicação

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num projeto de decisão elaborado pelos serviços da entidade adjudicante, aceita a proposta apresentada.

Artigo 23.º | Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos no **artigo 25.º** do presente Convite;
 - b. Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c. Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
3. A notificação referida no n.º 1 é acompanhada do projeto de decisão.

Artigo 24.º | Adjudicação de Proposta apresentada por um Agrupamento

1. Se a adjudicação recair em proposta apresentada por um agrupamento, as entidades que o compõem, depois de lhe ser notificada a adjudicação, mas antes da celebração do contrato, devem associar-se juridicamente na modalidade de Consórcio Externo, em regime de responsabilidade

solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho.

2. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de Consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas no nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade contratante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

3. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das entidades constituintes de um agrupamento ou de um consórcio acarreta a exclusão deste, seja qual for a fase em que o concurso se encontre, se o agrupamento não proceder à sua substituição de acordo com o que se dispõe no ponto seguinte, no prazo de 22 (vinte e dois) dias úteis a contar da data do início do respetivo processo de falência, dissolução ou inabilitação judicial.

4. Qualquer alteração na composição do agrupamento ou consórcio terá de ser autorizado pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do agrupamento do concurso. Para o efeito, o agrupamento deverá apresentar, por escrito, na sede da entidade adjudicante um requerimento para a sua alteração, assinado por todas as entidades constituintes, incluindo a renunciante, a que a substitui e o motivo da substituição.

SECÇÃO V HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

Artigo 25.º | Documentos de Habilitação

1. Para efeitos de contratação o adjudicatário deve, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação, apresentar os seguintes documentos, através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov (www.acingov.pt):

- a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do presente Convite, que corresponde ao Anexo II do CCP (já com as alterações previstas no artigo 23.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
- b. Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea d) do art.º 55.º do CCP;
- c. Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.

- d. Certificado de registo criminal¹, ou documento equivalente, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública;
 - e. Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial;
 - f. Documento comprovativo de registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, se aplicável²
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
3. Poder-se-á dispensar a entrega dos documentos indicados nas alíneas b), c) e e), caso os mesmos tenham sido já entregues em fase de instrução do procedimento e se mantenham válidos.
4. No mesmo prazo, estabelecido para a entrega dos documentos de habilitação, devem ser entregues os seguintes documentos:
- a. Relativamente ao autor do projeto, documento emitido pela respetiva associação pública profissional de inscrição obrigatória,
 - b. Nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009 de 3 de julho a identificação dos elementos do seguro, que garante a sua responsabilidade civil com o envio das respetivas apólices.
 - c. Documento, que contenha a identificação do(s) outorgante(s) do contrato, nomeadamente o nome, o número do Cartão de Cidadão e sua validade.

Artigo 26.º | Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto ^{3/4}

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE⁵, ou o respetivo código de acesso.
2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do

¹ O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por e-mail ou através do Portal do registo criminal online: <https://registocriminal.justica.gov.pt/>

² A apresentação deste documento, dispensa a apresentação dos documentos mencionados nos nos 2, 3 e 4 da presente cláusula, nos termos do n.º 10 do artigo 81.º do CCP.

³ Não aplicável a entidades em nome individual.

⁴ Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto."

⁵ O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>.

disposto no artigo 87.º-A do CCP.

3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 2 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

4. Poder-se-á dispensar a entrega do Registo Central de Beneficiário Efetivo, caso o mesmo tenha sido já entregue em fase de instrução do procedimento.

Artigo 27.º | Idioma e modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias após a notificação da decisão de adjudicação.

2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.

3. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 dias, após notificação pela entidade adjudicante.

4. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

5. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.

6. A assinatura dos documentos de habilitação deverá respeitar o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.

7. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

8. O adjudicatário deve apresentar reprodução de todos documentos através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento.

9. Quando os documentos a que se refere a alínea b); c); d) e g) do n.º 1 do artigo 34.º se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao representante da Entidade Adjudicante o endereço dos sítios onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

10. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.

11. Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se impunha.

12. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos dispostos dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

13. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

Artigo 28.º | Caução

1. Tratando-se de contrato de valor inferior a 500 000 euros, nos termos do n.º 2 do art.º 88º do CCP, não será exigível a prestação da caução para a celebração do contrato.

Artigo 29.º | Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a. No prazo fixado no n.º 1 do artigo 33º do Convite;
- b. No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
- c. Os documentos não se encontrarem redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2. Nos casos previstos nos números anterior o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

3. Nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP, sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do mesmo artigo, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

SECÇÃO VI CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 30.º | Redução do contrato a escrito

Atendendo ao valor do contrato a celebrar, o mesmo não será reduzido a escrito, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos.

**SECÇÃO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 31.º | Prova de declarações

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.

Artigo 32.º | Foro Judicial

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressas renúncia a qualquer outro.

Artigo 33.º | Notificações e Comunicações

Todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante, o júri do concurso (quando haja) e os interessados e concorrentes, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Artigo 34.º | Encargos do concorrente

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato escrito são da responsabilidade do adjudicatário, conforme Tabelas de Taxas e Licenças e outras Receitas do Município, no seu artigo 59º, aprovada pela Câmara Municipal de Castelo Branco, nas suas reuniões, datadas de 12 de Novembro de 2009 e 16 de Abril de 2010 e aprovada também pela Assembleia Municipal de Castelo Branco, em 30 de Abril de 2010, com alteração ao artigo 59º, aprovada pela Câmara Municipal de Castelo Branco, na sua reunião, datada de 4 de Junho de 2010 e aprovada também pela Assembleia Municipal de Castelo Branco, em 28 de Junho de 2010 e com publicação em Edital nº 70/2010, datado de 29 de Junho de 2010, de acordo com o seguinte quadro:

TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO	
ARTº 59º	
Contratos de Fornecimentos de Bens e de Serviços	
2. LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	
a) Ajuste Direto sem contrato escrito (Valores superiores a € 5.000,00)	€ 98,36
b) Ajuste Direto com contrato escrito (Valores entre € 5.000,00 e € 20.000,00)	€ 196,72
2.1 Concurso Público, Concurso limitado por prévia qualificação e diálogo concorrencial:	
a) Valores superiores a € 5.000,00 e inferiores ao limiar comunitário em vigor	€ 393,38
b) Valores iguais ou superiores ao limiar comunitário em vigor e inferiores ao valor fixado para os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas	€ 983,48
c) Valores iguais ou superiores ao fixado para os contratos sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas	€ 2.950,39

Artigo 35.º | Falsidade de Documentos e de Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 36.º | Legislação Aplicável

1. As normas do presente Convite prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e demais legislação em vigor.

ANEXOS

Em anexo remete-se:

ANEXO I – Modelo Declaração de “aceitação de conteúdo de Caderno de Encargos” conforme modelo constante do anexo I ao CCP

ANEXO II – Declaração de não impedimentos (Modelo constante do anexo II do CCP)

ANEXO III – Modelo de Proposta

ANEXO IV – Declaração de não Impedimentos - CPA